

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS

Senhores Cooperados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis de 2020 da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Catarinense – Sicoob Crediplanalto SC/RS**, em reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no sítio eletrônico da Cooperativa, acessível em www.crediplanalto.com.br.

1. Política Operacional

Em 2020, o **Sicoob Crediplanalto SC/RS** completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição financeira muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Cooperados, se dá principalmente através da captação de depósitos, concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Avaliação do Resultado

No exercício de 2020, o **Sicoob Crediplanalto SC/RS** conquistou um resultado de R\$ 19.427.025,05 (antes do pagamento de juros ao capital e com a utilização das reservas do FATES), valor este, que em relação ao ano anterior, obteve um crescimento de 40,37%;

Descrição	2020	2019	Evolução (%)
01. Resultado Antes Pagamento Juros Capital	18.731.128,63	12.876.362,97	45,47%
02. Utilização de Reservas - FATES	695.896,42	963.165,80	(27,75%)
03. Resultado (1+2)	19.427.025,05	13.839.528,77	40,37%
04. Remuneração sobre o Capital Próprio	(813.213,78)	(1.538.290,11)	(47,14%)
05. Resultado Antes Destinações Estatutárias (3-4)	18.613.811,27	12.301.238,66	51,32%
06. Destinações Estatutárias e Legais	(11.317.820,69)	(7.380.743,20)	53,34%
(-) FATES Resultado com Não Associados	(373.834,83)	-	-
(-) FATES - 5%	(911.998,82)	(615.061,93)	48,28%
(-) Reserva Legal - 45%	(8.207.989,40)	(5.535.557,40)	48,28%
(-) Fundo de Estabilidade Financeira (FEF) - 10%	(1.823.997,64)	(1.230.123,87)	48,28%
07. Sobras à disposição da Assembleia Geral (5-6)	7.295.990,58	4.920.495,46	48,28%

3. Ativos

Os ativos do **Sicoob Crediplanalto SC/RS**, no exercício de 2020 tiveram uma evolução bastante significativa, 53%, sendo que os principais itens que mais

influenciaram nesta variação, são: disponibilidades, em função do crescimento de nossa captação e operações de crédito, sendo que em torno de 60% desse crescimento trata-se da evolução da carteira de crédito agrícola, que é fomentada com recursos de repasse via Sicoob Central/SC e Bancoob.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Evolução (%)
Ativos	601.401.187,20	393.065.170,20	53,00%
Disponibilidades/Centralização Financeira	135.091.297,82	24.017.978,39	462,46%
Aplicações e Títulos de Renda Fixa	81.436.172,90	81.734.766,46	(0,37%)
Operações de Crédito	357.995.257,40	268.916.585,59	33,13%
Outros Créditos, Valores e Bens	7.206.908,87	7.463.098,85	(3,43%)
Investimentos	10.679.662,12	5.411.537,89	97,35%
Imobilizado de Uso e Intangível	8.991.888,09	5.521.203,02	62,86%

4. Captação

A captação, totalizou em 31/12/2020 o valor de R\$ 405.577.706,95, apresentando uma evolução de 76,77% em relação ao exercício anterior; e encontra-se assim distribuída:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Evolução (%)
Depósitos à Vista	87.633.320,27	41.845.874,86	109,42%
Depósitos sob Aviso	53.464,92	54.487,65	(1,88%)
Depósitos a Prazo	279.427.163,61	152.113.116,23	83,70%
Letra Crédito Agronegócio - LCA	32.601.545,12	35.425.373,42	(7,97%)
Letra Crédito Imobiliário - LCI	5.862.213,03	-	-
Total	405.577.706,95	229.438.852,16	76,77%

E de forma complementar, salientamos ainda, que em 28/08/2020 foi deliberado pela Assembleia Geral a distribuição das sobras de 2019 entre os Cooperados, proporcionalmente às operações realizadas junto a Cooperativa; a metodologia de rateio aprovada pela Assembleia, fomentou a captação, o que representou para os aplicadores, na época do rateio, 82% do CDI.

5. Patrimônio

O Patrimônio Líquido do **Sicoob Crediplanalto SC/RS**, registrou um crescimento de 25,54% em relação ao ano anterior;

E o Patrimônio de Referência (PR) do **Sicoob Crediplanalto SC/RS**, fechou em R\$ 75.111.081,81, aumento de 22,86%, estando em conformidade com a Resolução

CMN nº 4.606/2017, a qual estabelece metodologia para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5);

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Evolução
Patrimônio Líquido	81.386.786,99	64.829.219,43	25,54%
Capital Social	32.869.915,95	28.719.830,55	14,45%
Reserva Legal	29.258.108,32	21.050.118,92	38,99%
Fundo Estabilidade Financeiras - FEF	11.962.772,14	10.138.774,50	17,99%
Sobras a Disposição Assembleia	7.295.990,58	4.920.495,46	48,28%
Patrimônio Referência	75.111.081,81	61.134.445,91	22,86%

6. Quadro Social e de Pessoal

O quadro de Cooperados conta atualmente com 17.298 Cooperados, acréscimo de 11,41% em relação ao mesmo período do exercício anterior; e a equipe de colaboradores cresceu 11,95%.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Evolução (%)
Cooperados	17.298	15.527	11,41%
Colaboradores*	178	159	11,95%

*Incluso nesse item: funcionários, aprendizes, estagiários, diretores e presidente.

7. Política de Crédito

O processo de aprovação de limites de crédito, de classificação de risco da contraparte e de operações, de contratação e de condução de operações conta com a sistemática de avaliação por parte de Auditorias, por parte da Central e do Centro Cooperativo Sicoob.

Os modelos de classificação de risco de crédito consideram informações cadastrais, financeiras e/ou comportamentais, históricas, avaliações qualitativas de analistas, especialistas e gestores, dados de fontes externas e outras fontes de informações que poderão contribuir para a determinação do risco de crédito.

Os resultados em relação ao risco de crédito são periodicamente analisados pela área responsável pela gestão centralizada de risco de crédito, que avalia e propõe, quando necessário, aperfeiçoamento nas regras, normas internas ou metodologias de apuração do risco de crédito de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682, onde é possível observar que a concentração está principalmente nos níveis de risco de "AA" a "C", equivalente a 90,52% do total da carteira.

Nível / Percentual de Risco		Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	%
AA	-	12.681.060,77	183,85	189.459,24	5.738.192,85	18.608.896,71	5,01%
A	0,50%	64.339.937,97	435.229,58	7.665.495,84	50.225.552,11	122.666.215,50	33,05%
B	1%	92.351.839,89	1.291.888,46	4.273.722,85	23.965.791,18	121.883.242,38	32,84%
C	3%	56.850.245,49	734.721,51	2.654.891,37	12.556.953,55	72.796.811,92	19,62%
D	10%	17.816.008,92	342.370,15	1.665.478,28	1.595.694,54	21.419.551,89	5,77%
E	30%	6.737.595,09	88.979,43	204.631,51	491.686,13	7.522.892,16	2,03%
F	50%	2.010.888,15	21.671,69	47.272,85	437.709,82	2.517.542,51	0,68%
G	70%	811.198,41	8.003,75	-	26.689,20	845.891,36	0,23%
H	100%	2.750.028,63	85.438,52	-	19.378,52	2.854.845,67	0,77%
Total Geral		256.348.803,32	3.008.486,94	16.700.951,94	95.057.647,90	371.115.890,10	100,00%

7.1 Crédito Rural

A área de atuação da Cooperativa contempla municípios onde o agronegócio é a base para o desenvolvimento sustentável da comunidade, atualmente os cooperados produtores rurais representam cerca de 28,13% do total de associados ativos.

Nossa instituição busca constantemente conquistar ainda mais espaço no agronegócio, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico deste segmento e proporcionando acesso ao mercado dos negócios, disponibilizando linhas de crédito voltada para as necessidades do campo. Obtivemos um crescimento na carteira rural de 110,48% entre os períodos de Dez/2019 e Dez/2020 e ainda um expressivo aumento de 64,14% nas liberações de crédito rural entre as safras 2018-2019 e 2019-2020. Além disso, a fidelidade do produtor rural tomador de crédito junto a nossa Instituição se mantém em constante crescimento, sendo 31,77% maior do que o produtor que não acessa crédito.

Dentre os principais empreendimentos financiados, destacam-se as culturas de milho, soja e fumo, correção do solo, aquisição e manutenção de animais, aquisição de máquinas, equipamentos e ainda, construção de depósitos, instalações e congêneres, proporcionando ao produtor rural um incremento no desenvolvimento das suas atividades.

8. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos Cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa realiza anualmente, pré-assembleias nos municípios de sua atuação, com intuito de levar ao maior número possível de Cooperados, previamente, as informações que serão apresentadas para deliberação da Assembleia Geral, onde os Cooperados são representados por 30 delegados conforme disposição estatutária.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabendo ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da Cooperativa, as decisões estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras e a Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

O **Sicoob Crediplanalto SC/RS** possui ainda, Agente de Controles Internos, que por sua vez, realiza auditorias internas e presta contas diretamente ao Conselho de Administração.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios e opinião, e que são levados ao conhecimento do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos, o Regimento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e Regulamentos Eleitorais.

9. Conselho Fiscal

Órgão estatutário, eleito em Assembleia Geral Ordinária para um período de 2 anos, sendo a última eleição realizada em 28/08/2020, com mandato até a assembleia de 2022;

Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

10. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do **Sicoob Crediplanalto SC/RS** aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. Sistema de Ouvidoria

Em 2010, o Conselho Monetário Nacional permitiu que as cooperativas de crédito compartilhassem a mesma estrutura de Ouvidoria, a exemplo do que já era permitido nos conglomerados financeiros.

Os órgãos de administração do Bancoob e do Sicoob Confederação decidiram pela instituição do componente único de ouvidoria, a ser mantido no Bancoob, passando a vigorar a partir de 1º de julho de 2010.

Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do Sicoob, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do Sicoob Crediplanalto SC/RS registrou 10 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito, operações de crédito, Sicoob Faça Parte e Sicoob Seguradora. Das 10 reclamações, 01 improcedente e 9 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

12. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

O Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop, de acordo com seu estatuto, tem como objetivo prestar garantias de créditos em casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por Cooperado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos Bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros. As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos do seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam

elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

13. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Cooperados pela preferência e pela confiança depositada em nossa instituição e na nossa administração, e aos nossos funcionários e colaboradores, agradecemos a dedicação, o que nos permite obter resultados consistentes.

Papanduva – SC, 29 de janeiro de 2021.

Conselho de Administração

e

Diretoria Executiva

Balanço Patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro

Descrição	Notas	Em Reais	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		601.401.187,20	393.065.170,20
Circulante		416.956.328,35	291.859.320,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	136.372.771,93	25.017.389,96
Disponibilidades		4.104.539,90	7.463.655,99
Centralização Financeira - Cooperativas		130.963.724,25	16.550.880,04
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.304.507,78	1.002.853,93
Instrumentos Financeiros		74.602.239,43	80.493.634,42
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	43.761.591,77	33.859.643,44
Títulos e Valores Mobiliários	6	30.840.647,66	46.633.990,98
Relações Interfinanceiras		23.033,67	3.442,36
Correspondente no País		23.033,67	3.442,36
Operações de Crédito	7	198.987.953,17	179.116.046,34
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		135.784.527,88	147.190.126,15
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(5.933.296,69)	(6.485.665,20)
Financiamentos		5.802.301,68	4.421.259,73
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(176.489,24)	(124.283,45)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		64.451.045,52	34.848.378,00
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(940.135,98)	(733.768,89)
Outros Créditos	8	3.343.175,60	2.880.794,52
Créditos por Avais e Fianças Honradas		71.706,97	83.808,04
Rendas a Receber		1.634.348,84	1.210.448,70
Diversos		1.423.874,57	1.517.394,58
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		411.264,14	260.852,34
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(198.018,92)	(191.709,14)
Outros Valores e Bens	9	3.627.154,55	4.348.012,61
Outros Valores e Bens		4.308.162,00	4.767.767,00
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(800.000,00)	(500.000,00)
Despesas Antecipadas		118.992,55	80.245,61
Não Circulante		184.444.858,85	101.205.849,99
Realizável a Longo Prazo		164.773.308,64	90.273.109,08
Instrumentos Financeiros		5.529.425,69	238.278,11
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	834.492,04	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	4.694.933,65	238.278,11
Operações de Crédito	7	159.007.304,23	89.800.539,25
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		123.572.762,38	78.872.995,50
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(5.343.565,28)	(5.497.578,71)
Financiamentos		10.898.650,26	6.430.159,55
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(235.795,98)	(137.702,66)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		30.606.602,38	10.314.972,20
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(491.349,53)	(182.306,63)
Outros Créditos	8	236.578,72	234.291,72
Devedores por Depósitos em Garantia		236.578,72	234.291,72
Permanente		19.671.550,21	10.932.740,91
Investimentos	10	10.679.662,12	5.411.537,89
Participação em Cooperativa Central de Crédito		10.457.524,52	5.204.995,02
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		222.137,60	206.542,87
Imobilizado de Uso	11	8.853.025,47	5.509.959,82
Imobilizado de Uso		13.436.095,27	9.208.622,03
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(4.583.069,80)	(3.698.662,21)
Intangível	12	138.862,62	11.243,20
Ativos Intangíveis		361.745,06	101.286,58
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(222.882,44)	(90.043,38)
Total do Ativo		601.401.187,20	393.065.170,20

Izeo Pitt
Presidente

Walter Matosky de Lara Cardoso
Diretor Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Balço Patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro

Descrição	Notas	Em Reais	
		31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		520.014.400,21	328.235.950,77
Circulante		488.164.305,21	303.684.820,73
Depósitos	13	366.975.224,80	194.013.478,74
Depósitos à Vista		87.633.320,27	41.845.874,86
Depósitos sob Aviso		53.464,92	54.487,65
Depósitos a Prazo		279.288.439,61	152.113.116,23
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	37.840.242,88	21.282.363,42
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		31.978.029,85	21.282.363,42
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		5.862.213,03	-
Relações Interfinanceiras	15	70.073.768,02	34.069.079,92
Repasse Interfinanceiros		70.072.768,85	34.068.076,06
Relações com Correspondentes		999,17	1.003,86
Relações Interdependências	16	2.337.732,14	3.199.992,63
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.337.732,14	3.199.992,63
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17	3.026.309,78	45.643.318,74
Empréstimos no País - Outras Instituições		3.026.309,78	45.643.318,74
Outras Obrigações	18	7.911.027,59	5.476.587,28
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5.960,67	48.788,72
Sociais e Estatutárias	18.1	1.988.527,00	847.456,90
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	18.2	422.020,41	454.109,31
Diversas	18.3	5.257.940,79	3.834.775,63
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	18.4	236.578,72	291.456,72
Não Circulante		31.850.095,00	24.551.130,04
Depósitos		138.724,00	-
Depósitos a Prazo		138.724,00	-
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	623.515,27	14.143.010,00
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		623.515,27	14.143.010,00
Relações Interfinanceiras	15	30.454.577,59	9.816.691,84
Repasse Interfinanceiros		30.454.577,59	9.816.691,84
Outras Obrigações	18	633.278,14	591.428,20
Diversas	18.3	633.278,14	591.428,20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	81.386.786,99	64.829.219,43
Capital Social	20.1	32.869.915,95	28.719.830,55
De Domiciliados No País		32.878.126,95	28.722.960,55
(-) Capital A Realizar		(8.211,00)	(3.130,00)
Reserva de Sobras	20.2	41.220.880,46	31.188.893,42
Sobras ou Perdas Acumuladas	20.3	7.295.990,58	4.920.495,46
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		601.401.187,20	393.065.170,20

Izeo Pitt
Presidente

Walter Matisosky de Lara Cardoso
Diretor Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		24.443.512,28	48.532.269,06	24.825.265,05	48.837.548,08
Operações de Crédito	22	22.334.660,97	44.303.288,15	21.826.197,20	43.216.093,77
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		342.264,93	913.382,40	938.302,61	1.345.628,10
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		274.849,12	1.114.600,45	1.064.302,17	2.115.902,50
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.491.737,26	2.200.998,06	996.463,07	2.159.923,71
Dispêndio da Intermediação Financeira	23	(8.957.826,73)	(14.866.988,64)	(12.223.259,39)	(21.124.676,92)
Operações de Captação no Mercado		(3.065.274,94)	(6.725.518,21)	(5.534.014,26)	(11.010.434,54)
Operações de Empréstimos e Repasses		(2.086.327,93)	(3.875.874,18)	(2.083.169,68)	(3.568.913,63)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(3.806.223,86)	(4.265.596,25)	(4.606.075,45)	(6.545.328,75)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		15.485.685,55	33.665.280,42	12.602.005,66	27.712.871,16
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(7.179.283,75)	(14.457.537,38)	(7.124.540,82)	(14.395.328,97)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	24	2.753.120,41	4.273.055,73	1.759.362,78	3.016.690,61
Rendas (Ingressos) de Tarifas	25	1.502.204,06	2.899.003,31	1.368.992,01	2.646.735,97
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	26	(6.670.639,45)	(12.874.346,23)	(6.173.065,27)	(11.572.926,95)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	27	(5.430.515,07)	(10.668.187,53)	(5.182.727,94)	(10.019.741,45)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(248.073,78)	(396.917,31)	(151.259,17)	(272.852,84)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	28	2.051.561,28	4.009.384,39	2.086.960,91	3.438.512,71
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	29	(904.819,19)	(1.451.756,65)	(818.284,49)	(1.587.865,89)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(232.122,01)	(247.773,09)	(14.519,65)	(43.881,13)
Resultado Operacional		8.306.401,80	19.207.743,04	5.477.464,84	13.317.542,19
Outras Receitas e Despesas	30	(323.422,79)	(388.332,46)	(364.984,37)	(441.179,22)
Lucros em Transações com Valores e Bens		28.673,53	62.538,49	60.019,26	82.289,37
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(175.000,00)	(175.000,00)	-	(10.000,00)
Outras Receitas		23.415,78	40.429,28	11.472,67	23.250,19
Outras Despesas		(14.454,14)	(16.300,23)	(36.645,00)	(37.277,78)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		(186.057,96)	(300.000,00)	(399.831,30)	(499.441,00)
Resultado Antes da Tributação e Participações		7.982.979,01	18.819.410,58	5.112.480,47	12.876.362,97
Imposto de Rendas		3.542,84	(61.790,10)	45.896,34	-
Contribuição Social		21.048,89	(26.491,85)	34.737,80	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		8.007.570,74	18.731.128,63	5.193.114,61	12.876.362,97
Destinações Legais e Estatutárias		-	(10.621.924,27)	-	(6.417.577,40)
FATES		-	(589.937,23)	-	348.103,87
Reserva Legal		-	(8.207.989,40)	-	(5.535.557,40)
Outras Destinações Estatutárias		-	(1.823.997,64)	-	(1.230.123,87)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		8.007.570,74	8.109.204,36	5.193.114,61	6.458.785,57
Juros ao Capital	21	(313.100,44)	(813.213,78)	(777.270,05)	(1.538.290,11)
Sobras/Perdas Líquidas		7.694.470,30	7.295.990,58	4.415.844,56	4.920.495,46

Izeo Pitt
Presidente

Walter Matosky de Lara Cardoso
Diretor Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	8.007.570,74	18.731.128,63	5.193.114,61	12.876.362,97
Distribuição de Sobras e Dividendos	(1.248.659,52)	(2.296.761,04)	(1.125.453,07)	(1.904.957,38)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	3.806.223,86	4.265.596,25	4.606.075,45	6.545.328,75
Provisão de Juros ao Capital	(313.100,44)	(813.213,78)	(777.270,05)	(1.538.290,11)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	589.766,18	981.845,41	335.737,45	773.441,61
Provisão/Reversão para Desvalorização Outros Valores e Bens	300.000,00	400.000,00	400.000,00	500.000,00
Atualização de Depósitos em Garantia	(823,89)	(2.287,00)	(2.706,80)	(5.254,42)
Depreciações e Amortizações	768.468,46	1.403.608,22	488.124,14	935.545,99
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	11.909.445,39	22.669.916,69	9.117.621,73	18.182.177,41
Aumento (redução) em ativos operacionais	-	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(24.756.079,15)	(9.733.586,44)	(13.880.722,89)	(20.872.855,63)
Títulos e Valores Mobiliários	17.212.344,78	11.336.687,78	(28.807.446,37)	(27.136.169,60)
Relações Interfinanceiras	49.499,20	(19.591,31)	76.129,61	(3.692,36)
Operações de Crédito	(120.744.145,96)	(93.344.268,06)	(48.680.170,48)	(51.542.726,56)
Outros Créditos	(869.005,29)	(462.381,08)	(434.408,47)	(1.517.605,78)
Outros Valores e Bens	672.059,19	320.858,06	364.534,56	180.611,31
Aumento (redução) em passivos operacionais	-	-	-	-
Depósitos à Vista	8.080.152,15	45.787.445,41	(3.381.559,91)	4.695.506,94
Depósitos sob Aviso	(1.950,19)	(1.022,73)	1.487,88	3.068,61
Depósitos à Prazo	53.049.918,21	127.314.047,38	(19.365.115,17)	(27.045.061,85)
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	2.019.724,97	(2.823.828,30)	17.306.507,59	27.292.563,37
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	5.862.213,03	5.862.213,03	-	-
Relações Interdependências	2.298.642,79	(862.260,49)	3.199.992,63	148.442,18
Relações Interfinanceiras	58.093.786,92	56.642.573,85	15.518.571,89	7.575.565,96
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.654.601,24	(42.617.008,96)	45.100.344,70	44.861.716,53
Outras Obrigações	1.584.151,41	1.582.726,79	(589.894,70)	(615.109,39)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	695.896,42	695.896,42	963.165,80	963.165,80
FATES Sobras Exercício	(1.285.833,65)	(1.285.833,65)	(615.061,93)	(615.061,93)
Imposto de Renda	3.542,84	(61.790,10)	45.896,34	-
Contribuição Social	21.048,89	(26.491,85)	34.737,80	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	16.550.013,19	120.974.302,44	(24.025.389,39)	(25.445.464,99)
Atividades de Investimentos	-	-	-	-
Recebimento Dividendos	-	15.595,91	-	27.919,54
Distribuição Sobras da Central	1.248.659,52	2.281.165,13	1.125.453,07	1.877.037,84
Aquisição de Intangível	(41.301,74)	(163.857,01)	(8.119,62)	(13.756,94)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.747.132,85)	(4.710.436,28)	(1.513.613,01)	(1.846.177,47)
Aquisição de investimentos	(3.974.602,60)	(5.268.124,23)	(490.895,27)	(518.813,26)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(4.514.377,67)	(7.845.656,48)	(887.174,83)	(473.790,29)
Atividades de Financiamentos	-	-	-	-
Aumento por Novos Aportes de Capital	209.816,58	461.314,82	734.792,52	1.368.464,27
Devolução de Capital à Cooperados	(1.399.037,85)	(2.006.596,18)	(399.033,00)	(1.765.448,84)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(15.236,79)	(15.236,79)	-	(15.234,86)
Juros ao Capital pago	797.037,52	797.037,52	1.530.921,26	1.530.921,26
IRRF sobre Juros ao Capital	(6.929,43)	(6.929,43)	(25.609,28)	(25.609,28)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(414.349,97)	(770.410,06)	1.841.071,50	1.093.092,55
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.621.285,55	112.358.235,90	(23.071.492,72)	(24.826.162,73)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	124.751.486,38	24.014.536,03	48.088.882,68	49.843.552,69
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	136.372.771,93	136.372.771,93	25.017.389,96	25.017.389,96
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.621.285,55	112.358.235,90	(23.071.492,72)	(24.826.162,73)

Izeo Pitt
Presidente

Walter Matosky de Lara Cardoso
Diretor Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar (5.620,00)	Reserva Legal	Estatutárias		
Saldo em 31/12/2018	22.617.436,12		15.514.561,52	8.908.650,63	5.014.921,88	52.049.950,15
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	4.999.687,02	-	-	-	(4.999.687,02)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(15.234,86)	(15.234,86)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.365.974,27	2.490,00	-	-	-	1.368.464,27
Por Devolução (-)	(1.765.448,84)	-	-	-	-	(1.765.448,84)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	12.876.362,97	12.876.362,97
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(1.538.290,11)	(1.538.290,11)
Juros ao Capital	1.530.921,26	-	-	-	-	1.530.921,26
IRRF sobre Juros ao Capital	(25.609,28)	-	-	-	-	(25.609,28)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	963.165,80	963.165,80
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	5.535.557,40	-	(5.535.557,40)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	1.230.123,87	(1.230.123,87)	-
F A T E S	-	-	-	-	(615.061,93)	(615.061,93)
Saldo em 31/12/2019	28.722.960,55	(3.130,00)	21.050.118,92	10.138.774,50	4.920.495,46	64.829.219,43
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	4.905.258,67	-	-	-	(4.905.258,67)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(15.236,79)	(15.236,79)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	466.395,82	(5.081,00)	-	-	-	461.314,82
Por Devolução (-)	(2.006.596,18)	-	-	-	-	(2.006.596,18)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	18.731.128,63	18.731.128,63
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(813.213,78)	(813.213,78)
Juros ao Capital	797.037,52	-	-	-	-	797.037,52
IRRF sobre Juros ao Capital	(6.929,43)	-	-	-	-	(6.929,43)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	695.896,42	695.896,42
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	8.207.989,40	-	(8.207.989,40)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	1.823.997,64	(1.823.997,64)	-
F A T E S	-	-	-	-	(1.285.833,65)	(1.285.833,65)
Saldo em 31/12/2020	32.878.126,95	(8.211,00)	29.258.108,32	11.962.772,14	7.295.990,58	81.386.786,99
Saldo em 30/06/2019	26.882.769,05	(4.010,00)	15.514.561,52	8.908.650,63	6.922.228,30	58.224.199,50
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	733.912,52	880,00	-	-	-	734.792,52
Por Devolução (-)	(399.033,00)	-	-	-	-	(399.033,00)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	5.193.114,61	5.193.114,61
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(777.270,05)	(777.270,05)
Juros ao Capital	1.530.921,26	-	-	-	-	1.530.921,26
IRRF sobre Juros ao Capital	(25.609,28)	-	-	-	-	(25.609,28)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	963.165,80	963.165,80
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	5.535.557,40	-	(5.535.557,40)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	1.230.123,87	(1.230.123,87)	-
F A T E S	-	-	-	-	(615.061,93)	(615.061,93)
Saldo em 31/12/2019	28.722.960,55	(3.130,00)	21.050.118,92	10.138.774,50	4.920.495,46	64.829.219,43
Saldo em 30/06/2020	28.366.620,46	(2.850,00)	21.050.118,92	10.138.774,50	15.143.940,01	74.696.603,89
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	4.905.258,67	-	-	-	(4.905.258,67)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(15.236,79)	(15.236,79)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	215.177,58	(5.361,00)	-	-	-	209.816,58
Por Devolução (-)	(1.399.037,85)	-	-	-	-	(1.399.037,85)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	8.007.570,74	8.007.570,74
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	(313.100,44)	(313.100,44)
Juros ao Capital	797.037,52	-	-	-	-	797.037,52
IRRF sobre Juros ao Capital	(6.929,43)	-	-	-	-	(6.929,43)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	695.896,42	695.896,42
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	8.207.989,40	-	(8.207.989,40)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	1.823.997,64	(1.823.997,64)	-
F A T E S	-	-	-	-	(1.285.833,65)	(1.285.833,65)
Saldo em 31/12/2020	32.878.126,95	(8.211,00)	29.258.108,32	11.962.772,14	7.295.990,58	81.386.786,99

Izeo Pitt
Presidente

Walter Matosky de Lara Cardoso
Diretor Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração de Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

DRA	2º Sem 2020	12/2020	2º Sem 2019	Em Reais 12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	7.694.470,30	7.295.990,58	4.415.844,56	4.920.495,46
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	7.694.470,30	7.295.990,58	4.415.844,56	4.920.495,46

Izeo Pitt
Presidente

Walter Matosky de Lara Cardoso
Diretor Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE -
SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/05/1996**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS**, sediada na cidade de **PAPANDUVA – SC**, possui **13** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **PAPANDUVA - SC, MAFRA - SC, SANTA TEREZINHA - SC, SANTA CECÍLIA - SC, MAJOR VIEIRA - SC, IJUÍ - RS, SANTO ÂNGELO - RS, VITOR MEIRELES - SC, MONTE CASTELO - SC, WITMARSUM – SC e NAVEGANTES - SC.**

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **25/01/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a Serem Aplicadas em Períodos Futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

O Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Demais Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Demais Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados no balanço patrimonial e demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	4.104.539,90	7.463.655,99
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.304.507,78	1.002.853,93
Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (a)	130.963.724,25	16.550.880,04
TOTAL	136.372.771,93	25.017.389,96

(a) Refere-se, substancialmente a centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$2.200.998,06 e R\$2.159.923,71.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	43.761.591,77	834.492,04	33.859.643,44	-
TOTAL	43.761.591,77	834.492,04	33.859.643,44	-

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCOOB** com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.304.507,78	42.457.083,99	834.492,04	44.596.083,81
TOTAL	1.304.507,78	42.457.083,99	834.492,04	44.596.083,81

6. Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	706.831,82	4.694.933,65	687.543,40	238.278,11
Vinculados a Prestação de Garantias	30.133.815,84	-	45.946.447,58	-
TOTAL	30.840.647,66	4.694.933,65	46.633.990,98	238.278,11

Referem-se a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativo – RDC, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, entre 98% e 104% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Títulos de Renda Fixa	-	706.831,82	4.694.933,65	5.401.765,47
Vinculados a Prestação de Garantias	-	30.133.815,84	-	30.133.815,84
TOTAL	-	30.840.647,66	4.694.933,65	35.535.581,31

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	100.380,06	-	100.380,06	227.016,30
Cheque Especial / Conta Garantida	2.908.106,88	-	2.908.106,88	4.446.344,41
Empréstimos	114.139.682,01	123.572.762,38	237.712.444,39	202.470.280,98
Títulos Descontados	18.636.358,93	-	18.636.358,93	18.919.479,96
Financiamentos	5.802.301,68	10.898.650,26	16.700.951,94	10.851.419,28
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	64.451.045,52	30.606.602,38	95.057.647,90	45.163.350,20
Total de Operações de Crédito	206.037.875,08	165.078.015,02	371.115.890,10	282.077.891,13
(-) Provisões para Operações de Crédito	(7.049.921,91)	(6.070.710,79)	(13.120.632,70)	(13.161.305,54)
TOTAL	198.987.953,17	159.007.304,23	357.995.257,40	268.916.585,59

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	12.681.060,77	183,85	189.459,24	5.738.192,85	18.608.896,71	-	8.818.340,41	-
A	0,50%	Normal	64.339.937,97	435.229,58	7.665.495,84	50.225.552,11	122.666.215,50	(613.331,08)	69.444.534,26	(347.223,00)
B	1%	Normal	92.334.645,61	1.291.509,31	4.273.722,85	23.965.791,18	121.865.668,95	(1.218.656,69)	133.813.177,64	(1.338.131,78)
B	1%	Vencidas	17.194,28	379,15	-	-	17.573,43	(175,73)	48.763,62	(487,64)
C	3%	Normal	56.562.462,10	732.070,73	2.654.891,37	12.556.953,55	72.506.377,75	(2.175.191,33)	40.335.880,12	(1.210.076,40)
C	3%	Vencidas	287.783,39	2.650,78	-	-	290.434,17	(8.713,00)	207.364,94	(6.220,95)
D	10%	Normal	17.357.011,24	340.933,82	1.665.478,28	1.595.694,54	20.959.117,88	(2.095.911,79)	14.137.097,49	(1.413.709,75)
D	10%	Vencidas	458.997,68	1.436,33	-	-	460.434,01	(46.043,40)	400.698,18	(40.069,82)
E	30%	Normal	6.636.211,42	86.783,27	204.631,51	491.686,13	7.419.312,33	(2.225.793,70)	6.379.159,51	(1.913.747,85)
E	30%	Vencidas	101.383,67	2.196,16	-	-	103.579,83	(31.073,95)	199.563,15	(59.868,95)
F	50%	Normal	1.398.898,85	20.538,08	47.272,85	430.286,94	1.896.996,72	(948.498,36)	2.041.324,90	(1.020.662,45)
F	50%	Vencidas	611.989,30	1.133,61	-	7.422,88	620.545,79	(310.272,90)	234.205,40	(117.102,70)
G	70%	Normal	708.840,55	6.743,16	-	26.689,20	742.272,91	(519.591,04)	1.047.783,28	(733.448,30)
G	70%	Vencidas	102.357,86	1.260,59	-	-	103.618,45	(72.534,06)	31.474,88	(22.032,60)
H	100%	Normal	399.910,69	66.270,98	-	7.596,71	473.778,38	(473.778,38)	1.059.023,35	(1.059.023,35)
H	100%	Vencidas	2.350.117,94	19.167,54	-	11.781,81	2.381.067,29	(2.381.067,29)	3.879.500,00	(3.879.500,00)
Total Normal			252.418.979,20	2.980.262,78	16.700.951,94	95.038.443,21	367.138.637,13	(10.270.752,37)	277.076.320,96	(9.036.022,88)
Total Vencidos			3.929.824,12	28.224,16	-	19.204,69	3.977.252,97	(2.849.880,33)	5.001.570,17	(4.125.282,66)
Total Geral			256.348.803,32	3.008.486,94	16.700.951,94	95.057.647,90	371.115.890,10	(13.120.632,70)	282.077.891,13	(13.161.305,54)
Provisões			(11.076.917,31)	(199.944,66)	(412.285,22)	(1.431.485,51)	(13.120.632,70)	-	(13.161.305,54)	-
Total Líquido			245.271.886,01	2.808.542,28	16.288.666,72	93.626.162,39	357.995.257,40	-	268.916.585,59	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	100.380,06	-	-	100.380,06
Cheque Especial / Conta Garantida	2.908.106,88	-	-	2.908.106,88
Empréstimos	24.574.682,25	89.564.999,76	123.572.762,38	237.712.444,39
Títulos Descontados	16.149.050,82	2.487.308,11	-	18.636.358,93
Financiamentos	1.508.416,59	4.293.885,09	10.898.650,26	16.700.951,94
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.787.092,83	60.663.952,69	30.606.602,38	95.057.647,90
TOTAL	49.027.729,43	157.010.145,65	165.078.015,02	371.115.890,10

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	41.377.884,99	4.827.419,15	5.151.352,85	51.356.656,99	13,84%
Setor Privado - Indústria	12.812.951,66	76.236,02	-	12.889.187,68	3,47%
Setor Privado - Serviços	138.653.619,91	5.958.483,20	7.225.159,19	151.837.262,30	40,91%
Pessoa Física	65.180.538,93	5.838.813,57	82.681.135,86	153.700.488,36	41,42%
Outros	1.332.294,77	-	-	1.332.294,77	0,36%
TOTAL	259.357.290,26	16.700.951,94	95.057.647,90	371.115.890,10	100,00%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	7.014.505,78	1,89%	6.672.995,62	2,37%
10 Maiores Devedores	49.787.562,51	13,42%	44.802.913,89	15,88%
50 Maiores Devedores	133.712.006,18	36,03%	109.646.175,33	38,87%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	11.665.909,68	10.300.787,53
Valor das operações transferidas no período	4.299.959,31	2.094.080,24
Valor das operações renegociadas no período	-	(97.529,77)
Valor das operações recuperadas no período	(1.736.351,41)	(631.428,32)
TOTAL	14.229.517,58	11.665.909,68

8. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	71.706,97	-	83.808,04	-
Rendas a Receber	1.634.348,84	-	1.210.448,70	-
Serviços prestados a receber	165.237,36	-	16.633,91	-
Outras rendas a receber	24.929,57	-	13.873,37	-
Rendimentos Centralização Financeira (b)	1.444.181,91	-	1.179.941,42	-
Diversos	1.835.138,71	236.578,72	1.778.246,92	234.291,72
Adiantamentos e antecipações salariais	102.624,19	-	52.734,12	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	48.045,38	-	600,00	-
Adiantamento por conta de Imobilizações	350,00	-	604.853,15	-
Devedores por compra de valores e bens (c)	862.386,97	-	691.559,97	-
Devedores por depósitos em garantia (d)	-	236.578,72	-	234.291,72
Impostos e contribuições a compensar	411.264,14	-	260.852,34	-
Títulos e créditos a receber	106.034,40	-	107.563,28	-
Pagamentos a ressarcir	-	-	-	-
Devedores diversos – país (e)	304.433,63	-	60.084,06	-
(-) Provisões para outros créditos	(198.018,92)	-	(191.709,14)	-
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(91.984,52)	-	(84.145,86)	-
(-) Sem características de concessão de crédito	(106.034,40)	-	(107.563,28)	-
TOTAL	3.343.175,60	236.578,72	2.880.794,52	234.291,72

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCOOB**, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber do **SICOOB CENTRAL SC/RS** referente ao mês de dezembro de 2020.

(c) Devedores por compra de valores e bens, estão registrados valores referentes a venda de bens recebidos como objeto de dação em pagamento e/ou expropriação de bens alocados em garantia nas operações de crédito.

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS e COFINS sobre Atos Cooperativos.

(e) Refere-se, substancialmente a pendências a regularizar de atividades financeiras.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,50%	Normal	120.000,00	120.000,00	(600,00)	196.559,97	(982,80)
C	3%	Normal	596.998,48	596.998,48	(17.909,95)	495.000,00	(14.850,00)
D	10%	Normal	145.388,49	145.388,49	(14.538,85)	-	-
E	30%	Vencidas	18.244,66	18.244,66	(5.473,40)	17.636,53	(5.290,96)
F	50%	Vencidas	-	-	-	2.828,19	(1.414,10)
G	70%	Vencidas	-	-	-	5.784,48	(4.049,14)
H	100%	Vencidas	53.462,31	53.462,31	(53.462,31)	57.558,84	(57.558,84)
Total Normal			862.386,97	862.386,97	(33.048,80)	691.559,97	(15.832,80)
Total Vencidos			71.706,97	71.706,97	(58.935,71)	83.808,04	(68.313,03)
Total Geral			934.093,94	934.093,94	(91.984,52)	775.368,01	(84.145,86)
Provisões			(91.984,52)	(91.984,52)		(84.145,86)	
Total Líquido			842.109,42	842.109,42		691.222,15	

9. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	4.300.000,00	4.760.000,00
Material em Estoque	8.162,00	7.767,00
(-) Provisões para Desvalorizações (b)	(800.000,00)	(500.000,00)
Despesas Antecipadas (c)	118.992,55	80.245,61
TOTAL	3.627.154,55	4.348.012,61

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, IPTU, processamento de dados, e software.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCOOB**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	10.457.524,52	5.204.995,02
Participação em Instit. Financ. Controlada por Coop. Crédito	222.137,60	206.542,87
TOTAL	10.679.662,12	5.411.537,89

A variação durante o exercício de 2020 está representada pelo aporte de capital nos termos do artigo 24, e § 4º do Estatuto Social do SICOOB CENTRAL SC/RS, o montante equivalente a no mínimo 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido data-base 31/12/19 no montante de R\$1.277.926,90, e nos termos do art. 24 § 4 conforme deliberação em AGE – Assembleia Geral Extraordinária de 27/08/2020 no montante de R\$3.974.602,60

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizações em Curso (a)		945.078,14	29.962,51
Instalações	10%	1.200.713,97	759.731,00
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(289.448,87)	(185.926,34)
Móveis e Equipamentos	10%	7.190.336,75	6.006.591,58
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos		(2.866.287,51)	(2.624.101,74)
Veículos	20%	1.041.107,39	794.731,64
(-) Depreciação Acumulada de Veículos		(394.615,74)	(282.894,36)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.870.353,20	1.410.021,13
(-) Depreciação Acumulada de Benfeitorias		(860.076,40)	(414.854,02)
Edificações	4%	188.505,82	207.584,17
(-) Depreciação Acumulada de Edificações		(172.641,28)	(190.885,75)
TOTAL		8.853.025,47	5.509.959,82

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sistemas de Processamento de Dados	361.745,06	101.286,58
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(222.882,44)	(90.043,38)
TOTAL	138.862,62	11.243,20

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*Pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito à Vista	87.633.320,27	41.845.874,86
Depósito sob Aviso	53.464,92	54.487,65
Depósito a Prazo	279.427.163,61	152.113.116,23
TOTAL	367.113.948,80	194.013.478,74

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	16.986.142,14	4,16%	8.158.992,64	3,56%
10 Maiores Depositantes	66.898.144,73	16,40%	37.994.934,69	16,56%
50 Maiores Depositantes	134.881.742,39	33,07%	72.855.713,52	31,75%

O total da Carteira está representado pelos Depósitos e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA.

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras de Crédito do Agronegócio	31.978.029,85	623.515,27	21.282.363,42	14.143.010,00
Letras de Crédito Imobiliário	5.862.213,03	-	-	-
TOTAL	37.840.242,88	623.515,27	21.282.363,42	14.143.010,00

15. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do BANCOOB	60.239.724,10	18.598.030,32	33.788.107,83	9.721.342,52
Cooperativa Central	9.833.044,75	11.856.547,27	279.968,23	95.349,32
Relações com Correspondentes	999,17	-	1.003,86	-
TOTAL	70.073.768,02	30.454.577,59	34.069.079,92	9.816.691,84

16. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento	2.288.000,00	3.153.190,92
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	49.732,14	46.801,71
TOTAL	2.337.732,14	3.199.992,63

17. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central	3.026.309,78	45.643.318,74
TOTAL	3.026.309,78	45.643.318,74

Os valores foram captados durante o exercício de 2020 junto ao SICOOB CENTRAL SC/RS na modalidade de Capital de Giro, vencimento em 14/10/2021, com correção de 0,98% a.a.

18. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.960,67	-	48.788,72	-
Sociais e Estatutárias	1.988.527,00	-	847.456,90	-
Fiscais e Previdenciárias	422.020,41	-	454.109,31	-
Diversas	5.494.519,51	633.278,14	4.126.232,35	591.428,20
TOTAL	7.911.027,59	633.278,14	5.476.587,28	591.428,20

18.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	911.998,82	621.329,78
Resultado de Atos com não associados	410.460,96	111.192,77
Cotas de Capital a Pagar (b)	666.067,22	114.934,35
TOTAL	1.988.527,00	847.456,90

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

18.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições S/Serviços de Terceiros	36.232,78	23.255,61
Impostos e Contribuições sobre Salários	318.273,03	351.368,92
Outros	67.514,60	79.484,78
TOTAL	422.020,41	454.109,31

18.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	57.420,79	-	65.090,44	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	1.400.261,58	-	894.384,43	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.832.270,03	-	1.973.953,12	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	569.435,95	633.278,14	363.512,80	591.428,20
Credores Diversos – País (c)	398.552,44	-	537.834,84	-
TOTAL	5.257.940,79	633.278,14	3.834.775,63	591.428,20

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 37.980.067,42 (R\$ 36.827.397,84 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Refere-se, substancialmente credores diversos-liquidação cobrança, cheques depositados e a créditos de terceiros.

18.4 Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão	Depósito	Provisão	Depósito
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/1998	236.578,72	236.578,72	234.291,72	234.291,72
Cíveis	-	-	57.165,00	-
TOTAL	236.578,72	236.578,72	291.456,72	234.291,72

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$40.227,00 Essas ações abrangem, basicamente ações cíveis acerca das principais características das ações, quando relevantes.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

19. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20. Patrimônio Líquido

20.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	32.869.915,95	28.719.830,55
Associados	17.298	15.527

20.2) Reserva de Sobras

20.2.1) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

20.2.2) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para cobertura de perdas de receitas ou incremento de despesas conforme regulamento específico.

20.3) Sobras Acumuladas

20.3) Sobras à Disposição da Assembleia

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/08/2020 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$ 4.920.495,46 (quatro milhões, novecentos e vinte mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos), a qual foi destinada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2019
Ao Capital (a)	4.905.258,67
Cotas de Capital à Pagar - Ex Associados (b)	15.236,79
Sobras Distribuídas	4.920.495,46

(a) Corresponde as sobras distribuídas aos associados em processo de desligamento com conta corrente encerrada.

(b) Corresponde as sobras distribuídas aos associados desligados.

20.4 Destinações Estatutárias e Legais

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de sobras acumuladas e as destinações estatutárias e legais da sobra líquida foram:

Descrição	2020	2019
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	18.731.128,63	12.876.362,97
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	(813.213,78)	(1.538.290,11)
03. Sobras Líquidas do Período (1-2)	17.917.914,85	11.338.072,86
04. Utilização de Reservas	695.896,42	963.165,80
(+) FATES	695.896,42	963.165,80
05. Resultado do Período (3+4)	18.613.811,27	12.301.238,66
06. Destinações Estatutárias e Legais	(11.317.820,69)	(7.380.743,20)
(-) FATES Resultado com Não Associados	(373.834,83)	
(-) FATES 5%	(911.998,82)	(615.061,93)
(-) Reserva Legal 45%	(8.207.989,40)	(5.535.557,40)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF 10%	(1.823.997,64)	(1.230.123,87)
07. Sobra à disposição da Assembleia Geral (5+6)	7.295.990,58	4.920.495,46

21. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 813.213,78 (oitocentos e treze mil, duzentos e treze reais e setenta e oito centavos), visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 100% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, aprovada pelo Conselho de Administração conforme ATA nº. 159. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	81.684,78	204.996,41	145.705,34	355.011,12
Rendas de Empréstimos	16.046.550,36	33.216.849,80	17.247.576,70	34.016.990,62
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.509.890,70	3.344.493,57	1.967.922,69	3.948.131,40
Rendas de Financiamentos	984.415,69	1.905.008,98	872.849,67	1.615.467,84
Rendas de Financiamentos Rurais	2.344.832,70	3.873.599,70	1.375.101,62	2.545.001,15
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honorados	10.247,35	10.247,35	52,66	52,66
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.357.039,39	1.748.092,34	216.988,52	735.438,98
TOTAL	22.334.660,97	44.303.288,15	21.826.197,20	43.216.093,77

23. Dispendio da Intermediação Financeira

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Captação	(3.065.274,94)	(6.725.518,21)	(5.534.014,26)	(11.010.434,54)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.086.327,93)	(3.875.874,18)	(2.083.169,68)	(3.568.913,63)
Provisões para Operações de Crédito	(7.479.486,63)	(12.271.611,84)	(9.293.113,27)	(14.211.754,50)
Repasses Interfinanceiros	-	-	-	-
Provisões para Arrendamento Mercantil	-	-	-	-
Provisões para Outros Créditos	(77.554,63)	(199.073,38)	(80.147,62)	(141.660,43)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	3.701.630,58	8.112.485,11	4.739.805,31	7.695.198,56
Créditos de Arrendamento de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	49.186,82	92.603,86	27.380,13	112.887,62
TOTAL	(8.957.826,73)	(14.866.988,64)	(12.223.259,39)	(21.124.676,92)

24. Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Rendas de Cobrança	652.252,45	1.191.717,84	533.944,61	1.024.787,83
Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	193.191,25	436.077,13	168.348,74	288.722,41
Outras Rendas Serviços - Atos Cooperativos	2.486,70	2.486,70	-	-
Rendas Prestação de Serviços - Comissão	1.098.268,68	1.200.784,79	574.141,89	831.344,71
Rendas Transações Intercredis	153.213,44	285.662,93	135.287,22	233.409,18
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	172.031,25	350.055,57	138.145,27	239.870,64
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	107.604,68	202.409,94	65.270,71	113.362,94
Rendas Prestação Serviço - Comissão Poupança	34.422,33	63.295,19	-	-
Rendas Prestação Serviço - Comissão Consig. INSS	203.315,39	257.147,05	-	-
Rendas Prestação Serviço - Comissão Consig. Bancoob	-	11.080,71	-	4.350,30
Rendas de Outros Serviços	136.334,24	272.337,88	144.224,34	280.842,60
TOTAL	2.753.120,41	4.273.055,73	1.759.362,78	3.016.690,61

25. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	697.325,84	1.354.200,24	631.261,10	1.230.221,90
Rendas de Serviços Prioritários - PF	113.302,96	228.522,24	106.894,08	208.906,55
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	18.468,31	35.178,31	22.429,10	41.456,45
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	673.106,95	1.281.102,52	608.407,73	1.166.151,07
TOTAL	1.502.204,06	2.899.003,31	1.368.992,01	2.646.735,97

26. Despesa (Dispêndios) de Pessoal

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(11.125,00)	(19.468,75)	(10.012,50)	(20.518,86)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho Admin.	(526.413,96)	(1.057.213,16)	(512.595,45)	(1.010.937,88)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.583.209,03)	(3.071.666,54)	(1.471.311,76)	(2.745.156,27)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.104.137,76)	(2.081.392,29)	(1.045.027,96)	(1.929.140,51)
Despesas de Pessoal - Proventos	(3.420.162,01)	(6.562.697,05)	(2.953.187,96)	(5.552.129,84)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(20.531,97)	(64.417,39)	(158.375,75)	(252.450,30)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(5.059,72)	(17.491,05)	(22.553,89)	(62.593,29)
TOTAL	(6.670.639,45)	(12.874.346,23)	(6.173.065,27)	(11.572.926,95)

27. Despesas (Dispêndios) Administrativas

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(151.204,31)	(309.296,87)	(121.755,21)	(262.539,97)
Despesas de Aluguéis	(510.727,62)	(980.219,07)	(342.227,04)	(641.302,42)
Despesas de Comunicações	(152.382,97)	(313.893,44)	(143.789,18)	(280.410,12)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(164.925,78)	(239.389,24)	(74.156,77)	(120.132,82)
Despesas de Material	(78.642,52)	(133.753,99)	(60.494,35)	(120.289,02)
Despesas de Processamento de Dados	(483.746,37)	(1.104.009,66)	(591.483,81)	(1.034.786,57)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(110.717,84)	(381.899,23)	(241.893,97)	(577.272,87)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(26.369,17)	(50.282,40)	(35.707,81)	(61.873,60)
Despesas de Publicações	(2.950,00)	(6.838,00)	(3.030,00)	(3.030,00)
Despesas de Seguros	(153.659,76)	(225.967,93)	(61.962,54)	(146.467,55)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(622.314,43)	(1.327.208,37)	(764.158,16)	(1.477.674,71)
Despesas de Serviços de Terceiros	(176.066,91)	(318.086,72)	(157.165,72)	(302.917,51)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(481.314,60)	(968.906,46)	(435.554,69)	(864.104,50)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(273.937,06)	(512.005,00)	(296.228,62)	(552.517,93)
Despesas de Transporte	(296.791,03)	(599.991,15)	(363.626,23)	(692.335,89)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(18.878,30)	(18.878,30)
Despesas de Viagem no País	(59.387,61)	(69.583,86)	(24.096,92)	(54.084,34)
Despesas de Amortização	(20.197,70)	(36.237,59)	(2.513,74)	(2.513,74)
Despesas de Depreciação	(748.270,76)	(1.367.370,63)	(485.610,40)	(933.032,25)
Outras Despesas Administrativas	(101.481,63)	(197.065,34)	(162.961,78)	(340.598,95)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(76.426,25)	(109.886,83)	(28.942,08)	(58.855,42)
Contribuição a OCE	(37.611,70)	(75.903,97)	(29.088,78)	(58.858,35)
Rateio de Despesas da Central	(625.055,33)	(1.169.373,77)	(656.651,80)	(1.220.341,54)
Rateio de Despesa do Sicoob Confederação	(76.333,72)	(171.018,01)	(80.750,04)	(194.923,08)
TOTAL	(5.430.515,07)	(10.668.187,53)	(5.182.727,94)	(10.019.741,45)

28. Outras Receitas (Ingressos) Operacionais

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Recuperação de Encargos e Despesas	12.835,08	197.562,61	131.073,56	236.952,19
Dividendos	-	15.595,91	-	27.919,54
Deduções e Abatimentos	216,83	276,54	782,94	1.003,17
Distribuição de Sobras da Central	1.248.659,52	2.281.165,13	1.125.453,07	1.877.037,84
Premiações	11.875,72	11.875,72	-	-
Atualização Depósitos Judiciais	823,89	2.287,00	2.706,80	5.254,42
Rendas de Repasses Delcredere	160.908,24	271.203,87	175.966,18	295.871,26
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito	586.775,64	1.192.903,82	487.563,32	829.735,58
Outras Rendas Operacionais	29.466,36	36.513,79	163.415,04	164.738,71
TOTAL	2.051.561,28	4.009.384,39	2.086.960,91	3.438.512,71

29. Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Despesas de Desconto Concedidos em Renegociações	(57.833,22)	(112.264,73)	(252.530,18)	(253.085,88)
Outras Despesas Operacionais	(729.970,20)	(1.090.446,66)	(478.437,93)	(1.140.241,16)
Descontos Concedidos - Operações de Crédito	(13.378,57)	(50.628,06)	(474,56)	(24.239,13)
Cancelamento - Tarifas Pendentes	(103.637,20)	(198.417,20)	(86.841,82)	(170.299,72)
TOTAL	(904.819,19)	(1.451.756,65)	(818.284,49)	(1.587.865,89)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º Sem./2020	2020	2º Sem./2019	2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	28.673,53	62.538,49	60.019,26	82.289,37
Ganhos de Capital	5.154,39	13.512,77	4.546,22	16.280,39
Ganhos de Aluguéis	-	-	-	-
Reversão de Provisões não Operacionais	114.240,24	121.837,19	6.374,36	11.392,60
Outras Rendas não Operacionais	18.261,39	26.916,51	6.926,45	6.969,80
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(175.000,00)	(175.000,00)	-	(10.000,00)
(-) Perdas de Capital	(11.095,89)	(12.941,98)	(36.645,00)	(37.277,78)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(300.298,20)	(421.837,19)	(406.205,66)	(510.833,60)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(3.358,25)	(3.358,25)	-	-
TOTAL	(323.422,79)	(388.332,46)	(364.984,37)	(441.179,22)

31. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas são relevantes com relação a Direitos Creditórios Descontados no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central. As demais transações, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e demais operações de crédito não são relevantes.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das Operações Ativas Liberadas e Passivas no Exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Vínculo de Grupo Econômico	17.362.886,33	2,69%	76.606,79
Sem vínculo de Grupo Econômico	1.034.996,13	0,16%	5.055,79
TOTAL	18.397.882,46	2,85%	81.662,58
Montante das Operações Passivas	12.083.134,32	1,93%	

b) Operações Ativas e Passivas – Saldo em 31/12/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	12.192,02	433,17	1,39%
Conta Garantida	24.703,04	247,02	1,16%
Direitos Creditórios Descontados	2.848.161,13	16,00	15,28%
Empréstimos	7.678.974,78	72.788,05	3,23%
Financiamentos	276.774,55	1.420,16	1,66%
Financiamentos Rurais	1.801.500,88	1600,32	1,90%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	1.265.947,65	1,45%	-
Depósitos a Prazo	8.583.220,11	3,07%	0,17%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.247.264,77	3,24%	0,15%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	79.425,96	0,21%	0,16%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	0,74%
Empréstimos	1,08%
Financiamentos Rurais - Repasses	1,12%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	102,00%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	2,17%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,48%

d) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	1,62%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,40%
Crédito Rural (modalidades)	0,32%
Aplicações Financeiras	1,93%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	51.330,44
Crédito Rural	2.781.930,29
Empréstimos	19.166.639,40
Financiamentos	612.367,72
Títulos Descontados	5.849.348,33

f) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2020	31/12/2019
851.037,25	238.649,25

g) Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Honorários – Conselho Fiscal	(19.468,75)	(20.518,86)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(980.457,10)	(1.010.937,88)
Encargos Sociais	(256.190,92)	(238.237,58)
Plano de Saúde	(25.529,44)	(23.779,80)
Alimentação	(57.680,00)	(55.838,16)
Seguros	(14.697,20)	(14.595,84)
TOTAL	(1.431.388,47)	(1.363.908,12)

32. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE

SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

33. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

33.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

33.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

33.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

33.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

33.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

34. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013.

O **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/2017, e o Índice de Basileia, definido na Resolução CMN nº 4.193/2013 e atualizado pela Circular BCB nº 3.678/2013, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mantido pela entidade é suficiente para fazer frente aos riscos em que ela está exposta.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência (PR)	75.111.081,81	61.134.445,91
Índice de Basileia - IB%	16,07	16,70

Izeo Pitt
Presidente

Walter Matosky de Lara Cardoso
Diretor Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Catarinense – Sicoob Crediplanalto
Papanduva – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Catarinense – Sicoob Crediplanalto, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Crediplanalto em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 29 de janeiro de 2021.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO CATARINENSE - SICOOB CREDIPLANALTO SC/RS**, dando cumprimento ao desempenho de nossas funções como conselheiros, após examinarmos as peças componentes do Balanço Geral e Demonstrativo de Sobras e Perdas, bem como os demais documentos da contabilidade e do Parecer Técnico dos Auditores Independentes, emitimos o seguinte:

Após analisarmos os elementos do Balanço Geral, encerrado em 31 de dezembro de 2020, sendo procedido o exame dos Demonstrativos de Sobras e Perdas e demais documentos componentes do Balanço Geral, achamos tudo em ordem e de conformidade com a Legislação vigente, somos de parecer favorável, recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral.

Papanduva - SC, 11 de fevereiro de 2021.



DIOGO LUIZ VIEIRA DA ROZA

Conselheiro Efetivo

**JULIANE
HENDGES:0
5980584943**

Digitally signed by
JULIANE
HENDGES:05980584943
Date: 2021.02.11
10:05:14 -03'00'

JULIANE HENDGES

Conselheira Efetiva

**ODIR
SELENKO:
82779546972**

Assinado digitalmente por ODIR SELENKO:
82779546972
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=AC
SOLUTI, OU=AC SOLUTI Multipla,
OU=12290274000141, OU=Certificado PF A3,
CN=ODIR SELENKO:82779546972
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021-02-11 08:28:52
Foxit Reader Versão: 9.5.0

ODIR SELENKO

Conselheiro Efetivo